



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2015.0000585732

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001359-82.2013.8.26.0372, da Comarca de Monte Mor, em que é apelante EDNA MARIA DE SOUSA, é apelado I.D.E.A. TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS EM GERAL LTDA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 12 de agosto de 2015.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

27.041

Apelação com Revisão nº 0001359-82.2013.8.26.0372
Comarca: Monte Mor
Juízo de Origem: 2ª Vara Cível
Ação Civil nº 0001359-82.2013.8.26.0372
Apelante: Edna Maria de Sousa
Apelados: I.D.E.A. Transportes Rodoviários de Cargas em Geral Ltda. e outro
Classificação: Acidente de trânsito - Indenização

EMENTA: Acidente de trânsito - Veículos automotores - Ação de indenização por danos materiais e morais – Demanda de genitora de piloto de motocicleta em face de motorista de caminhão e de empresa proprietária - Sentença de improcedência – Manutenção do julgado - Necessidade - Alegação de que suficientemente demonstrada a culpa do preposto da ré pelo embate - Inconsistência fática – Ausência de elementos comprobatórios em torno da dinâmica dos fatos - Prova oral que não propiciou dados para segura definição da responsabilidade pelo evento danoso.

Apelo da autora desprovido.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso de apelação interposto nos autos da ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito envolvendo veículos automotores, ajuizada por Edna Maria de Souza em face de José Nadilson Xavier da Silva e “I.D.E.A. Transportes Rodoviários de Cargas em Geral Ltda.”, onde proferida sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida e carreeu à autora o



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 3.000,00, observados os benefícios da justiça gratuita – fls. 118/119.

Aduz a autora que o julgado carece de integral reforma sob alegação, em apertada síntese, de que devidamente demonstrado pelas provas produzidas nos autos que o único culpado pelo acidente foi o motorista da empresa requerida, ao que deve ser indenizada pelos danos materiais e morais ocasionados em decorrência do falecimento de seu filho – fls. 129/132.

Contrarrazões às fls. 140/141, ao que vieram os autos conclusos a este relator.

É o relatório.

O recurso não comporta acolhimento.

Demanda ajuizada à argumentação de que em 21.10.2010 Maílson Kleiton de Sousa, filho da autora, conduzia sua motocicleta de placa CGT-2970 pela Rodovia SP 101, altura do Km 15, sentido Hortolândia/Monte Mor, ocasião em que foi abalroada na lateral pelo caminhão de placas CYN-2517, de propriedade da empresa corré “I.D.E.A. Transportes Rodoviários



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

de Cargas em Geral Ltda.”, que naquela oportunidade era conduzido pelo réu José Nadilson Xavier da Silva.

Após apresentação de contestação e réplica, o feito foi saneado.

Em audiência de instrução foi ouvida apenas e tão somente uma testemunha, arrolada pela autora e, na sequência, proferida a sentença ora combatida, que merece ser mantida.

Essa testemunha, de nome Stanley Alves dos Santos, informou ao Juízo da causa que sequer presenciou o acidente e, portanto, que nada poderia acrescentar quanto à dinâmica do fato.

Abadia Marcelina dos Santos, por sua vez, ex-companheira da vítima fatal Maílson, declarou logo após o acidente, perante a autoridade policial, que o “de cujus” não era habilitado para conduzir motocicleta – fls. 48.

Também na Delegacia de Polícia, o policial militar que atendeu à ocorrência, Carlos Borges Vieira Júnior, declarou que ***“o condutor do caminhão relatou que trafegava pela rodovia, pista simples, sentido Hortolândia/Monte Mor, quando repentinamente a motocicleta saiu de uma alça lateral***



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

(rotatória) e colidiu com a lateral do caminhão, e tanto a moto quanto as vítimas foram parar debaixo do caminhão; que a preferencial era do condutor do caminhão” - fls. 51.

No mesmo sentido é o Boletim de Ocorrência de Acidente Rodoviário, e respectivo “croqui”, copiados às fls. 53/55.

Ademais, o Laudo de Exame de Corpo de Delito de fls. 50 comprovou que a vítima apresentava 1,2 g/l de álcool no sangue.

Ou seja, caberia à autora o ônus de comprovar, à saciedade, os fatos constitutivos do seu aludido direito indenizatório, por força do disposto no artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, o que não foi cumprido.

Conclui-se, portanto, tal como ressaltou a digna Promotora de Justiça, Dra. Fernanda Klinguelfus, que promoveu o arquivamento do respectivo inquérito policial, que não há qualquer indício de que o condutor do caminhão, único sobrevivente, tenha transitado de forma imprudente - fls. 61/62.

Nesse sentido:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

**REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS -
ACIDENTE DE TRÂNSITO - COLISÃO QUE OCASIONOU
FALECIMENTO DO FILHO DO AUTOR - CULPA DO RÉU NÃO
DEMONSTRADA - COMPETIA AO APELANTE O ÔNUS DA
PROVA DE FATO CONSTITUTIVO DO ALEGADO DIREITO -
ART. 333, I, DO CPC - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE -
SENTENÇA MANTIDA -ART. 252 DO REGIMENTO INTERNO DO
TJSP – RECURSO IMPROVIDO (TJSP Ap. nº 9260739-
21.2008.8.26.0000, Des. Rel. Francisco Casconi, Data do Julgamento
05/06/12).**

Ante o exposto, nego provimento ao apelo.

MARCOS RAMOS
Relator
Assinatura Eletrônica